



**SÃO
GONÇALO**
PREFEITURA

TRABALHO
EM PRIMEIRO
LUGAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

FOLHA DE INFORMAÇÃO

DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2023/PMSG

Proc. nº: 11.398/2023

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 005/2024, publicada no D.O.E./S.G. em 07/03/2024 e, com base no que dispõe o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam, suas considerações e decisões acerca dos Recursos interpostos pelas empresas **AJDV - ENGENHARIA S.A., EMPIA EMPRESA DE PROJETOS INDUSTRIAIS E AMBIENTAIS LTDA., ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. e DEMÉTER ENGENHARIA LTDA.** em relação a Concorrência Pública nº 003/2023/PMSG que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração visando a **contratação de serviços de Engenharia e Consultoria Especializada para a elaboração da revisão do Plano Municipal e Saneamento Básico Integrado (PMSB) do Município de São Gonçalo.**

DA TEMPESTIVIDADE

A decisão combatida foi proferida na sessão ocorrida no dia 19 de fevereiro de 2024 (fl.3.769).

Nos termos do artigo 109, I, a da Lei 8.666/1993, abre-se a possibilidade de recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitação no prazo de 05(cinco) dias úteis, com **início em 20 de fevereiro de 2024 e encerramento em 26 de fevereiro de 2024.**

Conforme correspondências eletrônicas encaminhadas, observa-se que as empresas recorrentes apresentaram suas razões no dia 21/02/2024 (**AJDV - ENGENHARIA S.A.**), no dia 23/02/2024 (**EMPIA EMPRESA DE PROJETOS INDUSTRIAIS E AMBIENTAIS LTDA e ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**), e também no dia 26/02/2024 (**DEMÉTER ENGENHARIA LTDA.**), razão pela qual resta evidenciada a tempestividade dos referidos recursos.

3807/A

A



DAS RAZÕES DOS RECURSOS

Em breve síntese, a Recorrente **AJDV- ENGENHARIA S.A.**, alegou em suas razões que a resposta apresentada pela Comissão Permanente de Licitação à empresa Demeter Engenharia Ltda. no dia 18 de janeiro do corrente ano, relacionada a possibilidade de envio envelopes via correios, a desobrigaria de enviar preposto para a participação da sessão do certame, entendendo ainda que os esclarecimentos prestados pela administração teriam o efeito aditivo e vinculante, razão pela qual pleiteou a reforma da decisão para que os documentos apresentados pela empresa recorrente sejam recebidos.

Já a Recorrente **EMPIA EMPRESA DE PROJETOS INDUSTRIAIS E AMBIENTAIS LTDA.**, alegou que a decisão prolatada na sessão de licitação estaria supostamente violando o direito do devido processo legal, contraditório e a ampla defesa uma vez que entende que o item 3, em especial os itens 3.2 e 3.3, condicionariam a possibilidade de existir ou não representação do licitante no momento da abertura do envelope alegando ainda que a não representação do licitante não provocaria a inabilitação, alegando por fim que, o esclarecimento prestado pela Comissão Permanente de Licitação supostamente teria ferido o princípio constitucional da ampla concorrência

Alegou ainda que ocorreu a suposta violação ao princípio do contraditório e da ampla concorrência, por ter entendido que ocorreu uma discriminação arbitrária na seleção do contratante.

Posto isso, pleiteou pela anulação dos atos praticados na Sessão realizada no dia 19/02/2024, que recusou a abertura dos envelopes e a consequente inabilitação do Recorrente, pleiteando ainda a reconsideração da decisão atacada para realizar a abertura do envelope da Recorrente, habilitando-a ao certame e a tornando apta a participar das demais fases do certame. Pleiteou por fim que, no caso de manutenção da decisão atacada, que haja a motivação devidamente esclarecida e embasada bem como a remessa dos autos a autoridade superior para a devida apreciação e julgamento.

Já a empresa **ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.** alegou que: "... a resposta aos esclarecimentos e/ou impugnações vincula a administração pública assim como o Edital. Isto é, a resposta aos esclarecimentos tem força vinculante tal qual o instrumento convocatório, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar a eficácia à resposta apresentada pela administração".

3808/A

A



Alegou ainda que houve excesso de formalismo no momento em que não foram abertos os envelopes encaminhados via correios e por não terem os licitantes comparecido à sessão pública, suscitando para tanto o esclarecimento prestado a empresa Demeter.

Ainda suscitou o artigo 24 da LINDB para evocar a necessidade de observância a orientação geral da época, uma vez que por ter a comissão admitido o envio da documentação por correio, não poderia haver alteração de entendimento no curso do certame, tendo por fim suscitado que a entrega da documentação no momento da sessão pública violou o princípio da impessoalidade, isonomia e competição.

Desta forma, requereu a suspensão do processo licitatório, tendo no mérito pleiteado a reforma da decisão, para que haja o retorno à fase do credenciamento e abertura de envelopes para habilitação jurídica, com nova sessão para este fim, pleiteando ainda que caso não haja o acolhimento de suas razões, que haja a devida motivação da decisão.

Por fim a empresa **DEMETER ENGENHARIA LTDA.** alegou o suposto caráter vinculante das respostas aos questionamentos apresentados aos licitantes, alegando que o não recebimento dos envelopes configuraria comportamento contraditório, ferindo o princípio da isonomia. Isso posto, pleiteou o recebimento do recurso e a concessão de efeito suspensivo, requerendo ainda o acolhimento do recurso para que seja realizada a análise de todos os envelopes encaminhados pela referida empresa.

Este é o breve relatório, passamos à análise do caso.

DA DECISÃO

Os recursos interpostos foram objeto de apreciação pela Douta Procuradoria Municipal, instrumentalizado através do Processo nº 6304/2024, tendo o citado órgão jurídico se manifestado da seguinte forma:

A resposta dada não conflita com o disposto no edital, apenas o interpreta e esclarece pontos que suscitaram dúvidas nos participantes, portanto, pelo princípio da vinculação ao edital, as respostas aos esclarecimentos igualmente vinculam a Administração Pública ao seu cumprimento.



3810/
A

O próprio edital, em seu item 3.2, usa a expressão "poderá ser representada" e no item 3.2.1 "não inabilitará a licitante".

Diante desta resposta explícita da autoridade máxima da Comissão Permanente de Licitação, bem como da interpretação do edital; não se afigura legítimo, lícito e razoável inabilitar as empresas que seguiram a informação prestada e não enviaram preposto a sessão.

Ademais, limitar a participação no certame as empresas que enviarem preposto pode reduzir a concorrência, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública que são premissas básicas e pilares das licitações.

E, finalmente, após autorizar o envio dos documentos pelo correio dispensando a presença de preposto, o ato de inabilitar as empresas que obedeceram a este comando pode configurar direcionamento do resultado da licitação ao reduzir injustificadamente o número de participantes e restringir a competitividade.

Aliado a manifestação da Douta Procuradoria, há ainda de se mencionar que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a entidade que pretende contratar, analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, **a mais vantajosa para os cofres públicos.**

Em razão disso, uma série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público.

Esse controle que a administração exerce sobre os seus atos caracteriza o princípio administrativo da autotutela administrativa. Esse princípio foi firmado legalmente por duas súmulas:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal - *"A administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos"*

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - *"A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, rejeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*

Essas súmulas estabeleceram então que a Administração poderá revogar, por motivo de interesse público, ou anular, em razão de ilegalidade, seus atos.

A



**SÃO
GONÇALO**
PREFEITURA

TRABALHO
EM PRIMEIRO
LUGAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Ainda neste mesmo sentido, cabe ainda mencionar o artigo 65 da Lei Orgânica do município de São Gonçalo que assim dispõe:

“A Administração pública tem o dever de anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, bem como a faculdade de revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados neste caso os direitos adquiridos, além de observado, em qualquer circunstância, o devido processo legal.”

No caso em tela, por ter havido um equívoco da própria Administração Pública, que necessita de correção imediata, para a manutenção dos princípios que regem sua atuação, a exemplo da Supremacia do Interesse Público, da Impessoalidade, da Transparência, da Legalidade e da Moralidade, a Comissão Permanente de Licitação revê o ato praticado e autoriza o recebimento e abertura dos envelopes, se fazendo necessário a marcação de nova sessão pública para a abertura dos envelopes “A” de habilitação jurídica das empresas AJDV. ENGENHARIA S.A., EMPIA EMPRESA DE PROJETOS INDUSTRIAIS E AMBIENTAIS LTDA., DEMÉTER ENGENHARIA LTDA. e ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação instituída pela Portaria nº 005/2024 de 07 de março de 2024, nos termos do item 10 do edital e nos termos do artigo 109, I, a da Lei 8.666/1993, decide por CONHECER os recursos apresentados, e no mérito julgá-los PROCEDENTES, vindo a realizar na urgência que o caso requer, a marcação de nova sessão para a abertura dos envelopes “A” de habilitação jurídica das empresas **AJDV. ENGENHARIA S.A., EMPIA EMPRESA DE PROJETOS INDUSTRIAIS E AMBIENTAIS LTDA., DEMÉTER ENGENHARIA LTDA. e ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA.**

Por fim, solicita-se que o processo nº 6.304/2024 seja apensado ao procedimento Licitatório de nº 11398/2022.

ISABELA PRISCYLLA LEAL LALANNE

PRESIDENTE SUBSTITUTA

MATR.23.236